



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria-Geral de Justiça
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

ATO nº 103/2008/PGJ

Institucionaliza e estabelece normas objetivas à disseminação estadual do Projeto "O que você tem a ver com a corrupção?" no Estado de Mato Grosso.

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a oportunidade de institucionalização do Projeto **"O que você tem a ver com a corrupção?"** Neste Ministério Público;

Considerando a necessidade de estabelecer normas objetivas à institucionalização do Projeto **"O que você tem a ver com a corrupção?"** no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

Considerando que é dever institucional dos Ministérios Públicos combater a corrupção, repressiva e preventivamente, estimulando, inclusive o desempenho das atribuições e das atividades extrajudiciais;

Considerando que a Defesa do Patrimônio Público constitui um dos Projetos prioritários do Plano Estratégico 2008-2011 deste Ministério Público;

RESOLVE:

INSTITUCIONALIZAR o Projeto "O que você tem a



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria-Geral de Justiça
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

ver com a corrupção?" no Estado de Mato Grosso da seguinte forma:

Art. 1º. O projeto "**O que você tem a ver com a corrupção?"** no Estado de Mato Grosso estará vinculado à Procuradoria Geral de Justiça, ficando a coordenação estadual a cargo do Promotor de Justiça Dr. **CÉLIO JOUBERT FÚRIO**, da 22ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Cuiabá.

Parágrafo Único – Caberá ao Centro de Apoio Operacional-CAOP proporcionar o suporte imprescindível para viabilizar as atividades da coordenação estadual do projeto.

Art. 2º. O Projeto ora institucionalizado deverá observar as diretrizes gerais indicadas pela coordenação nacional, a partir da iniciativa da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais – CNPG, sem prejuízo da eventual adequação e do possível incremento regional do projeto, conforme oportunidade e conveniência previamente identificadas pela coordenação estadual.

Parágrafo Único - Eventuais adequações e modificações executadas regionalmente serão comunicadas à coordenação nacional do projeto para que esta tenha não somente a devida ciência da situação em cada Estado e para que também tenha a visão consolidada da implementação do projeto em nível nacional.

Art. 3º. O Projeto será executado em colaboração e parceria com a Associação Mato-grossense do Ministério Público – AMMP.

Art. 4º. O projeto tem por objetivo prevenir a



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria-Geral de Justiça
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

ocorrência de atos de corrupção e minimizar o número dos processos extrajudiciais e judiciais, por meio da educação das gerações futuras, estimulando, ainda, o encaminhamento de denúncias populares e a efetiva punição de corruptos e corruptores.

Art. 5º O projeto consiste na elaboração e desencadeamento de um processo cultural de formação de consciência e de responsabilidades baseadas nas idéias de Hannah Arendt:

- a) a responsabilidade com os próprios atos, ou responsabilidade individual;
- b) a responsabilidade para com os atos de terceiros, ou responsabilidade social ou coletiva;
- c) a responsabilidade para com as gerações futuras, a partir de um agir consciente.

Art. 6º. A coordenação determinará as ações regionais para disseminação do projeto no Estado de Mato Grosso e indicará as estratégias prioritárias para a execução deste.

§ 1º. A Coordenação estadual disponibilizará um banner do projeto no site do Ministério Público com link ao site oficial do projeto (ANEXO I), ficando o endereço eletrônico do disque denúncia já existente na Instituição disponibilizado para receber as denúncias populares, vedado o anonimato, conforme o formulário padrão (ANEXO II).

§ 2º. A Coordenação estadual apresentará, divulgará e disseminará o projeto em nível estadual, formando, para tanto, agentes multiplicadores através de capacitação de membros do Ministério Público e outros agentes voluntários, previamente



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria-Geral de Justiça
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

selecionados pela coordenação estadual.

§ 3º. A coordenação estadual buscará parcerias com outras instituições e diversos segmentos da sociedade Matogrossense no sentido de angariar os recursos para confecção de peças de divulgação do projeto, conforme as matrizes disponibilizadas pela coordenação nacional: gibis, cartazes, camisetas, adesivos, dvd's, chaveiros, dentre outros.

Art. 7º. Os eventuais casos omissos relativos às atribuições da coordenação estadual do projeto serão resolvidos pela Procuradoria Geral de Justiça.

Art. 8º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Cuiabá, 11 de abril de 2008.



PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO
Procurador-Geral de Justiça